

**IV ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia  
24 a 26 de setembro de 2013 – UNICAMP, Campinas**

Magda dos Santos Ribeiro  
PPGAS/ Universidade de São Paulo

**Título:** Micro e Macro Ecologias: Diferentes entendimentos sobre o processo de coleta de castanhas na floresta amazônica.

**Resumo:**

Mundialmente apreciada, a castanha do Brasil é objeto – e sujeito – de inúmeras intervenções. Na divisa entre os estados do Pará e Amapá encontra-se um dos maiores maciços de castanhais da Amazônia, nesta região, castanheiros e extrativistas, há décadas, realizam a extração de castanhas para consumo e/ou comercialização. Com a expansão do chamado *mercado verde* empresas nacionais e transnacionais buscam aproximar-se destas populações com o objetivo de firmar contratos e “parcerias”.

A presente proposta visa apresentar e discutir entendimentos e desentendimentos – empresariais e tradicionais, científicos e não-científicos – acerca do processo de coleta de castanhas no interior da floresta amazônica. Trata-se de uma reflexão em torno dos métodos empregados na coleta de castanhas e na certificação de castanhais a partir de uma análise que considera, de um lado, a prática extrativista nas colocações da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, realizada por castanheiros que vivem na região e, de outro, documentos produzidos pela empresa Imaflora, responsável pela certificação dos castanhais da referida reserva.

Tanto a prática dos castanheiros, transformados em descrição etnográfica, quanto os documentos produzidos pela empresa certificadora, não fazem outra coisa senão estabilizar diferentes regimes de saber, os quais podem ser pensados como micro e macro ecologias. O presente texto, assim, propõe pensar tanto nestes entendimentos divergentes quanto em seus processos de estabilização.

## **Micro e Macro Ecologias: Diferentes entendimentos sobre o processo de coleta de castanhas na floresta amazônica.**

### **Bertholletia Excelsa, natureza ou cultura?**

Uma interessante controvérsia científica acerca do processo de dissipação das árvores castanheiras (*Bertholletia Excelsa*) da Amazônia, divide estudiosos, biólogos e ecologistas. Estas árvores são amplamente distribuídas em solo firme amazônico e vivem por centenas de anos. Podem alcançar até 60 metros de altura e 16 metros de circunferência, com diâmetro de 3 metros ou mais. Seu tronco é estreito e sua copa concentra-se no topo, onde brotam ouriços amadeirados e esféricos que podem pesar de 500 gramas a 2,5 quilos. Cada ouriço contém entre 10 a 25 castanhas. Hoje, a castanha do Brasil é considerada o mais importante produto amazônico (não madeireiro) e o único comercializado em todo mundo por meio, exclusivamente, de atividade extrativista florestal.

A dissipação das árvores castanheiras – processo pelo qual os castanhais se tornaram abundantes em determinadas regiões da Amazônia – é controvertida. De um lado, cientistas defendem a hipótese (Peres e Baider, 1997; Cordeiro Rosas, 2006 ) de que seu principal agente dissipador seja a cotia (também chamada paca ou *agouti*). A cotia é um dos únicos animais capazes de abrir os frutos da castanheira, roendo sua dura casca e acumulando as castanhas para alimentar-se. Empenhada na tarefa de acúmulo, a cotia enterra as castanhas, espalhando-as. Posteriormente, a cotia não as encontra, deixando-as dispersas pelo território, favorecendo, assim, sua dissipação. De outro lado, encontramos a hipótese (Shepard e Ramirez, 2011; Scoles e Gribel, 2011), cada vez mais aceita, de que a dispersão das árvores castanheiras esteja relacionada com a intensidade das atividades humanas nos castanhais. Isto é, a análise de dados ecológicos, fitogeográficos, genéticos, lingüísticos e arqueológicos sustenta a hipótese de que a distribuição geográfica desta espécie na Amazônia esteja associada às atividades de populações humanas pré-colombianas.

Abordado por outras vias, este debate também tem espaço em discussões antropológicas relativamente recentes, interessadas em compreender as conseqüências das intervenções humanas na produção da diversidade biológica e no papel significativo que populações antigas tiveram na constituição da atual paisagem Amazônica (Carneiro da Cunha,

2012; Balée, 1994, 2010; Clement, 2003; Descola, 2012). Tal controvérsia pode ser condensada em torno de uma questão de fundo, a qual tem orientado os desacordos científicos relativos aos processos de dissipação das árvores castanheiras. Essa questão poderia ser expressa na seguinte pergunta: A dissipação das castanhas na Amazônia é um fenômeno natural ou cultural?

Tal pergunta lança dúvidas às afirmações estabelecidas cientificamente e que possuem ampla aceitação, qual seja, a de que as árvores castanheiras bem como suas apreciadas castanhas sejam *nativas* da Amazônia brasileira, formada há centenas ou milhares de anos de maneira *natural*, isto é, sem intervenção humana – embora, com participação da cotia. Nessa perspectiva, os povos extrativistas seriam coletores que se beneficiariam dessa espécie nativa e, portanto, aparece como necessária a tarefa de assegurar que sua coleta não seja predatória, colocando em risco a permanência da existência desta espécie.

Em contrapartida, se atribuímos a origem das árvores castanheiras aos ameríndios pré-colombianos, abrimos uma nova janela explicativa que aponta para o fato de que foi justamente a intervenção e o trabalho de extração *humano* o que possibilitou a vasta extensão dos castanhais amazônicos, bem como sua regeneração. Por exemplo, é possível que aberturas (clareiras) na floresta criadas por atividades ameríndias tenham permitido a germinação de muitos castanhais. Em “Pedra Pintada” – um sítio paleolítico na Amazônia central ocupado há 11.000 anos por caçadores-coletores – foram encontradas castanhas carbonizadas, uma evidência clara e documentada acerca do consumo de castanha por povos antigos (Shepard Jr. e Ramirez, 2011). Se esta versão está correta, então as castanhas brasileiras são mais antropogênicas do que possuidoras de uma origem “natural”. Nessa perspectiva, o trabalho de coleta e o extrativismo deixa de ser visto como uma atividade potencialmente destruidora para tornar-se, ao contrário, o trabalho fundamental que permitiu a dissipação e a regeneração das árvores castanheiras.

Esta controvérsia, portanto, não apenas discute quem seria o principal agente dissipador das castanhas na Amazônia – humano ou não-humano – mas coloca em dúvida a afirmativa de que o trabalho extrativista seja uma atividade com impactos negativos ao meio-ambiente.

Essa polêmica funciona como uma espécie de abertura para a discussão proposta neste texto. Examinaremos os diferentes entendimentos acerca do processo de coleta da castanha do

Brasil no interior da reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, os quais envolvem os castanheiros da Vila São Francisco do Iratapuru e a empresa de certificação de manejo florestal Imaflora.

### **O homem da castanha**

A história recente da população de castanheiros do rio Iratapuru sofreu importantes transformações por meio do apoio que recebeu de João Alberto Rodrigues Capiberibe, durante seus dois mandatos como governador do estado do Amapá (1995-2002). Uma das famílias, que habita a região desde os anos 70, contou sobre o dia em que “o político” apareceu lá e escutou as demandas dos poucos habitantes que ali viviam à beira do rio Iratapuru. “A mulher do governador quis falar com o povo aqui da comunidade, no começo a gente estranhou, mas ela queria mesmo saber o que o povo daqui precisava, a gente falou tudo, não escondeu nada”<sup>1</sup>. A aparição “do político” não é mera banalidade. Com efeito, a trajetória pública de João Capiberibe<sup>2</sup> impactou a vida de populações amazônicas não-indígenas no estado do Amapá, as quais ainda servem-se destas transformações, na memória e no cotidiano.

A história da porção sul do estado do Amapá não é menos marcada pelo nefasto período de aviamento<sup>3</sup> do que outras regiões da Amazônia também por ele definhadas. O fim do primeiro ciclo da borracha (1879-1912) deixou de proporcionar os tão altos lucros aos donos dos seringais, fazendo com que muitos fossem abandonados. A castanha, aos poucos, foi tornando-se um importante produto extrativista na região, de modo que o inferno vivido pelos seringueiros passou a perseguir, também, os castanheiros. As condições miseráveis em

---

<sup>1</sup> Excerto de conversa com uma das famílias da Vila São Francisco do Iratapuru, realizada em dezembro de 2011.

<sup>2</sup> João Capiberibe foi prefeito de Macapá (1988) e Governador do Estado do Amapá por dois mandatos (1995-2002). Sua vida política foi marcada pelo interesse aos temas do ambientalismo e pela criação de Reservas extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável no Estado de Amapá.

<sup>3</sup> O Aviamento é um termo cunhado na Amazônia para descrever um sistema de adiantamento de mercadorias e crédito. Sua aparição aconteceu no período colonial e consolidou-se de maneira intensa na Amazônia no período conhecido como “ciclo da borracha”. Nesse sistema, o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho a população, devendo esta restituir a dívida contraída com seu trabalho e produtos vindos do extrativismo florestal. Forma-se um círculo infundável de bens e endividamento (Aramburu, 1994)

que se encontrava a maior parte da população amazônica, em particular os extrativistas, é descrita com humanidade dolorosa na literatura paraense de Abguar Bastos (1937)<sup>4</sup>.

O escritor, quando publicou “Terra de Icamíaba” (1928), iniciou, no romance brasileiro, a história do *homem da castanha*, buscando fazer parte do conjunto de poucos romances amazônicos que se referiam, exclusivamente, ao homem da borracha [seringueiros]. São romances amazônicos, como os de Abguar Bastos, que promovem a crítica à insistência de fixar o tumulto amazônico numa só perspectiva histórica. Este escritor abre, pois, um outro caminho, percebendo o ciclo da castanha como tão poderoso e eloqüente em seus acontecimentos quanto o do “leite branco” da borracha.

O que nos interessa, na obra de Bastos, é precisamente observar a história recente do *homem da castanha*, tão bem descrita por ele na década de 30. Essa história permite compreender não apenas transformações importantes ocorridas desde então, no período de quase um século, mas também, surpreende ao encontrarmos, ainda nos dias de hoje, muitas semelhanças e continuidades ao momento relatado pelo escritor. A era dos fastígios dos castanhais, descrita por Bastos (1937), mostra a emergência de um homem que ocupa o lugar daquele já decadente, o seringueiro, mas que também se afunda em sua própria miséria: o castanheiro. As circunstâncias de vida impostas por uma ordem econômica da época [o sistema de aviamento] guiaram os passos dos personagens descritos pelo autor, que mescla na ficção do romance sua crítica social, apresentando ao leitor uma realidade amazônica pouco conhecida na literatura brasileira.

Valentim, o castanheiro que protagoniza o romance de Bastos (1937), amanhece enjaulado na cadeia escorada no interior da mata. Na véspera, havia matado um homem que lhe roubara toda sua saca de castanha, o pior é que não roubou às escondidas, mandou avisar que ia passar com suas castanhas na frente de seu abrigo, segurando um rifle, que era pra ele não se meter à besta. A jaula não assombrava os castanheiros, fora dela eles também não tinham nada, nem dinheiro, nem liberdade, e nem sonho, para fazer aquietar o ódio. A prisão, no inverno, era ainda mais odiosa aos castanheiros, “parecia um cano de esgoto e o homem, lá dentro, escorregava no lameiro, como um simples, um reles, um limoso detrito, caído de um

---

<sup>4</sup> Abguar Bastos foi considerado “Um outro herói modernista” ao lado de Mário de Andrade (Coelho de Paiva, 2008). O escritor reconcilia sua prova ficcional a uma perspectiva regionalista da Amazônia.

intestino monstruoso e que não está em cima, porém no fundo, bem no fundo do buraco das “necessidades”.” (Bastos, 1937, pg.13 e pg.28).

O escritor bem apresenta as disputas, as opressões e a miséria humana que regia a vida nos castanhais amazônicos da década de 30. As crianças ali nasciam sem esperança, mortas por bicho, praga, doença ou pela fome:

“Há muitos meninos amarelos de olhos mortiços, magrinhos, que ficam na beira do lago, olhando, à toa, os horizontes vermelhos. Desde os cinco anos começam a lutar pela vida. Vão para os sacados pescar. Todos nus cheiram a peixe. As mães lavam roupas em cima das pedras, nos igarapés. Os meninos de espinhel em punho, carregam na cabeça os paneiros com as tainhas e os pacus. As perebas arrebentam nas pernas, nos braços; crescem e os cascões, com o brilho na água parecem escamas.(...) A barriga inchada é um tambor naquela guerra da fome. Dentro da barriga saltam ascárides e os anquilóstomos. Os bracinhos secos são as vaquetas, que não batem no tambor, mas tremem, desengonçam-se, retesam-se ou encolhem, sem tocar no ventre duro, sem dúvida com pena, com muita pena daquele, daquele tambor dolorido.” (Bastos, 1937, p.39).

É olhando para este passado, portanto, que a importância “do político” João Capiberibe tem seu lugar. Em 11 de Dezembro de 1997, ele assina a lei de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru com o “objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade”<sup>5</sup>. Além deste objetivo – principal motivo político que permitiu sua criação – a RDS também garantiu aos moradores da região a continuação do trabalho extrativista nos 806.184 hectares de delimitação geográfica da Reserva<sup>6</sup>. Cabe salientar que os artigos que compõe a lei de criação da RDS Iratapuru especificam as características ambientais desta área preservada, deixando visível os termos e responsabilidades dos habitantes passíveis de uso de seus recursos. Entre eles, a) Controle do acesso aos recursos genéticos e proteção do conhecimento das populações tradicionais sobre a biodiversidade/ biossegurança; b) Equidade no rateio dos benefícios do uso da biodiversidade, inclusive aqueles resultantes da biotecnologia; c) Licenciamento Ambiental e cadastro de

---

<sup>5</sup> Como consta em seu documento de criação “Lei de Criação da RDS Iratapuru”. Lei número 0392, de 11 de Dezembro de 1997, que dispõe sobre a criação da Reserva.

<sup>6</sup> A RDS Iratapuru localiza-se nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, no Estado do Amapá, e faz fronteira com a terra indígena Waiãpi.

moradores; d) Estabelecimento de diretrizes, normas e critérios de conservação dos recursos naturais existentes na área da Reserva; e) Proibição de atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água, provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas. Etc.<sup>7</sup>

A luta dos seringalistas foi emblemática para que a atual conjuntura de criação das Reservas brasileiras se consolidasse. Mauro Almeida (2004) mostra como em vinte anos, os povos da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma do desenvolvimento sustentável, narrando a surpreendente transição com base na trajetória de alguns líderes e nas estratégias utilizadas por eles para dar ao movimento social visibilidade nacional e internacional. Assim, o que estes povos extrativistas têm em comum [castanheiros e seringueiros] não é apenas a conquista pela delimitação de territórios de uso e de direito, mas compartilham de um passado crônico, marcado pela exploração e trabalho fatigante na mata. Bastos (1937) bem descreve a corrida de seringueiros, castanheiros e indígenas contra os “patrões”:

“Nunca o mato foi tão animado. Nunca o mato cheirou tanto suor. Nunca o mato foi menos mato, tão retumbante era o fragor das pisadas humanas, entre canos de rifles, terçados, tigelinhas, facas, facões, latas e fogos. Nunca o mato viu tanto esplendor de aço e folha de flandres. Jamais ouviu tanto estrepito de bichos a fugirem das balas e dos cachorros. Viam-se nas margens dos rios, espantados, e imóveis, veados, capivaras, onças, queixadas e outros espécimes da fauna perseguida. Batalhões de araras e papagaios também passavam na debandada. Não era só os bichos que fugiam. Também os índios. Na madeira, no Purus, no Juruá, no Acre, no Solimões. A vida dos homens era correr. Correram dos holandeses, dos portugueses, dos franceses, correram dos paulistas, e ainda correm.” (Bastos, 1937, pg.43).

Na região do Jari, nas proximidades do rio Iratapuru, de quem corriam sabiam o nome e o sobrenome. A chegada de José Julio de Andrade, em 1880, deu início à exploração da região onde hoje vivem os castanheiros do Iratapuru. Durante mais de meio século, ele teve o controle das terras baixas do Jari, detendo o poder político e econômico da região. A área,

---

<sup>7</sup> Destacando estas diretrizes chamo atenção para o fato de que a criação da RDS Iratapuru possui acompanhamento do governo do Amapá que especifica as regras para proteção da biodiversidade da região. Esse fato mostra os valores e os regimentos através dos quais os atuais moradores podem usufruir dos recursos da Reserva. Reforço também o contraste entre o modo de vida anterior na região e o sistema de exploração-escravidão a que foram submetidos os castanheiros em um passado recente.

então, totalmente transformada, passou de território ameríndio no final do século XIX para um território ocupado e valorizado pelo trabalho extrativista na primeira parte do século XX.<sup>8</sup> José Julio chegou à região ainda jovem, trabalhou como *comerciante intermediário* comprando mantimentos na cidade e os trocando com os extrativistas por produtos da floresta. Ainda hoje, os moradores do Iratapuru se recordam da época em que trocavam uma *medida* de castanha por uma lata de leite em pó.<sup>9</sup>

Durante suas viagens pelo Jari, José Julio conheceu a imensidão de territórios pouco povoados e ricos em recursos naturais. Em poucos anos, ele se tornou um homem de posses, incorporando silenciosamente e gradativamente muitos pedaços de terra, colocados em seu nome em razão de um casamento estratégico com a filha de um homem influente na região. Assim, passou a dominar uma quantidade exorbitante de seringais e castanhais no interior da Amazônia, liderando um império de exploração e comercialização no estado do Amapá (Filocreão, 2002). Interessante observar que na época do aviamento, hoje entendido como um sistema de abuso e violência, circulava a idéia de que a situação era de melhoria. Por meio de *intermediários* e *patrões*, como José Julio, havia o acesso aos bens de consumo, antes escassos. Não circulava dinheiro, mas era possível ter acesso às mercadorias em troca dos produtos extrativistas. Bastos (1937) foi crítico dessa interpretação:

“Todos falam em nome da civilização, mas o certo é que as terras dos pobres são ocupadas e eles que, antes, só trabalhavam para a família passam a trabalhar para a família dos outros. E melhoraram? Melhoraram, nada! Apenas uma roupinha de sarrapilheira para cobrir as vergonhas. É só. A vida continua a mesma e mesma é a casa de palha e chão, mesma é a comida tirada do mato ou dos rios, mesma é a miséria e mesmos são os trastes, as doenças e as pragas.” (Bastos, 1937, pg.44).

Nos dias de hoje, sob a égide do desenvolvimento sustentável, os extrativistas do Iratapuru podem fazer seus próprios negócios com empresas e “parceiros” comerciais. Eles têm o direito de uso da Reserva e dela tiram seu sustento, para consumo e/ou para

---

<sup>8</sup> Para uma descrição dos pormenores da região do Jari, bem como da instalação e avanço da empresa Jari Celulose na região, ver: Greissing, Anna. La région du Jari: Un laboratoire en Amazonie. Tese de doutorado Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2012.

<sup>9</sup> A *medida* é um tipo de contagem antiga da castanha à qual os extrativistas fazem referência ainda hoje. Ela equivale a aproximadamente a 5,5 latas de castanha, cada lata pesa 20 quilos de castanha com casca. Notas do Caderno de campo, Dezembro de 2011.

comercialização. Hoje eles têm uma fábrica no interior da floresta para extração do óleo da castanha e beneficiam-se de um contrato com a maior indústria de cosméticos do país. Talvez suas vidas não sejam as mesmas. Contudo, não podemos negar que permanecem nas mesmas casas precárias e tiram do mato e dos rios a comida diária. Livres das doenças e das pragas ainda não estão. E melhoraram?

### **Cenário na floresta**

Em 01 de Agosto de 2012, a empresa Imaflora, em parceria com o mundialmente conhecido FSC<sup>10</sup>, anuncia uma certificação inédita. Ela é responsável pelo primeiro *cenário* certificado do mundo. Trata-se de um cenário usado como pano de fundo para shows e programas televisivos. Orgulhosa, a coordenadora de certificação da Imaflora declara: “Acredito que o trabalho no cenário do Sr. Brasil servirá de modelo para a certificação de outros palcos dentro e fora da televisão. Sem dúvida, esta é uma proposta que poderá ser replicada”<sup>11</sup>. O processo de certificação do cenário do programa musical Sr. Brasil garantiu que as madeiras utilizadas em sua fabricação – compensado de Sumaúma – fossem provenientes de áreas de manejo certificadas, diga-se de passagem, pela mesma empresa. O que esta notícia nos mostra não é apenas um fato relativamente novo – a saber, absolutamente qualquer coisa pode ser certificada e receber um selo que garante sua procedência “ecologicamente correta” – mas torna visível o atual cenário (desta vez, a cena ampla) a partir do qual estas empresas justificam sua importância e existência. Voltarei a este ponto.

Quando os castanheiros da Villa São Francisco do Iratapuru firmaram o primeiro contrato de venda de óleo de castanha com a empresa brasileira de cosméticos Natura, a necessidade de que as áreas de coleta fossem certificadas se impôs de maneira decisiva. De acordo com a Natura “a certificação serve para que um terceiro órgão, *imparcial*, confirme a

---

<sup>10</sup> FSC é a sigla para *Forestry Stewardship Council*, Conselho de Manejo Florestal em português. FSC é uma instituição internacional, sem fins lucrativos, formada por representantes de entidades de diversos países no mundo sendo um dos únicos sistemas de certificação florestal apoiado por grandes entidades, como WWF (*World Wildlife Fund*, ou “Fundo Mundial da Natureza” em português) e Greenpeace. O objetivo de uma certificação florestal, como afirma esta organização, é assegurar que o uso dos recursos naturais seja adequado e não predatório, garantindo o respeito aos aspectos ambientais, sociais e econômicos da região explorada.

<sup>11</sup> Disponível em <http://br.fsc.org/newsroom.261.3.htm> acessado em 19 de Junho de 2013 às 15h00.

forma de cultivo ou manejo. A maioria das empresas certifica seus fornecedores para poder cobrar mais do consumidor pelo item com certificação. A Natura não repassa este custo. Fazemos isto para garantir a sustentabilidade das pessoas e do ambiente que está na ponta da cadeia.” (ênfases minhas, notas do caderno de campo, setembro 2011).

Sendo assim, a empresa garante que os recursos (matéria-prima) comprados de pequenas comunidades amazônicas não surtam o efeito inverso, isto é, com intenção de proteger o meio ambiente e valorizar os recursos naturais do Brasil, a empresa precisa se assegurar de que sua estratégia não fará exatamente o oposto: degradar o meio ambiente ou acabar com os recursos em razão de coleta ou manejo desmedido. As ambigüidades que pautam as relações entre empresas e populações amazônicas são diversas, a necessidade de certificação coloca em evidência uma delas: o paradoxo sobre quem, afinal de contas, tem o conhecimento necessário para “manejar o meio ambiente”.

Se os castanheiros são aqueles que, há anos, realizam o trabalho de coleta da castanha do Brasil para consumo e venda, são precisamente estes os que conhecem as melhores técnicas e maneiras para viabilizar esta atividade. A entrada de um terceiro órgão, nada imparcial (por se tratar, também, de uma empresa), põe em dúvida a verdadeira habilidade dessas pessoas no manejo de uma atividade que dominam com excelência e em razão da qual são chamadas “populações tradicionais” – isto é, por tradicionalmente realizarem a coleta de castanha.

A imposição da empresa Natura, acerca da necessidade de certificação dos castanhais da RDS Iratapuru, transformou de maneira significativa a vida e a rotina destas pessoas. Cabe entender, portanto, quais são as principais orientações corporativas capazes de atestar o *correto manejo* das áreas dos castanhais, uma vez que o conhecimento “tradicional” dos povos que lá habitam parece não ser suficiente para comprovar as boas práticas de manejo na região.

Criado em 1993, o FSC (Conselho de manejo florestal), realiza a certificação de áreas florestais com manejo de recursos naturais. No Brasil, a empresa Imaflora, localizada em Piracicaba, São Paulo, é a responsável por fazer as auditorias que viabilizam este processo de certificação, com base nas regras estabelecidas pela FSC. Em documento elaborado pela Imaflora, a empresa explica que “o FSC é uma organização internacional, sem fins lucrativos,

com o objetivo de incentivar e de premiar, com a certificação, comunidades e pequenos produtores que fazem o bom manejo de suas florestas”<sup>12</sup>.

A certificação, portanto, aparece como uma espécie de premiação, oferecida por uma empresa capaz de assegurar a qualidade de determinadas práticas de manejo. É preciso considerar, contudo, que se trata de um processo de alto custo<sup>13</sup>, praticamente inviável para pequenas comunidades amazônicas. Reconhecendo este empecilho, a empresa passou a oferecer aquilo que seria um processo simplificado de certificação<sup>14</sup> e, portanto, menos oneroso para os interessados – ou obrigados – a obtê-la. A certificação, em geral, é válida por cinco anos, porém, é exigido um monitoramento anual para verificar se as regras acordadas estão sendo cumpridas. Uma vez obtida, a certificação não se mantém sem este monitoramento. Logo, os castanheiros precisam pagar anualmente pelo trabalho de inspeção dos auditores da empresa.

Em meados de 2003, a Imaflora realizou a primeira auditoria na Comunidade São Francisco do Iratapuru. Na ocasião, havia aproximadamente trinta e cinco famílias associadas à cooperativa COMARU<sup>15</sup> e destas, apenas sete submeteram-se ao processo de certificação. Cabe enfatizar que este processo é oneroso e de grande impacto para as famílias participantes. Por essa razão, muitas famílias decidiram não participar do processo de certificação de seus castanhais, em parte porque temiam o controle rigoroso de suas práticas (e vidas) e em parte por não estarem dispostas a alterá-las. A grande implicação desta decisão, contudo, residia no fato de que estas famílias não poderiam vender suas castanhas para a cooperativa e, conseqüentemente, para a Natura, deixando, portanto, de se beneficiarem do contrato que a empresa fez com a comunidade.

---

<sup>12</sup> Conforme documento Imaflora intitulado “Certificação Florestal FSC: Entenda os procedimentos simplificados de auditoria SLIMF”.

<sup>13</sup> Este processo avalia o desempenho social, ambiental e econômico dos candidatos à certificação. O FSC desenvolveu um sistema que requer auditorias longas e que envolve um grande número de auditores com formação multidisciplinar (engenheiros florestais, agrônomos, técnicos ambientais, etc.), além de um amplo processo de consulta pública e a produção de relatórios longos e técnicos, todos estes procedimentos tornam a certificação cara e inacessível a pequenos grupos amazônicos.

<sup>14</sup> Esse processo é chamado pela Imaflora de SLIMF (Small and Low Intensity Managed Forests). Cabe notar que este é um processo simplificado e de menor custo, pois, se reconhece, de antemão, que os pequenos produtores manejam *em áreas pequenas e com baixa intensidade* suas florestas, logo, já seria possível descartar a possibilidade de que estes manejos seriam predatórios.

<sup>15</sup> Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru, fundada em 1992.

Em documento, a Imaflora expõe algumas das imprecisões acerca dos cálculos relacionados ao volume de castanhas coletadas e às áreas de coleta, áreas estas que seriam alvo da inspeção para a certificação. O relatório público explica que “a capacidade produtiva dos produtos manejados varia bastante e de certa forma é ainda desconhecida. (...) o volume de produção será constantemente acompanhado pelo Imaflora, que inseriu condições nesse sentido”<sup>16</sup>. A empresa trabalha de acordo com os dados fornecidos pelos castanheiros e a partir destas informações elabora conjecturas e faz as aproximações necessárias para que estes dados tornem-se *adequados* às regras exigidas pelo FSC. O que a empresa certificadora faz, sobretudo, é uma espécie de tradução dos métodos de coleta, tornando-os inteligíveis ao mundo empresarial-burocrático.

Dito de outra maneira, a empresa certificadora organiza as informações dos castanheiros em tabelas, gráficos e descrições passíveis de serem compreendidas por outras empresas, as quais compartilham das mesmas *subjetividades*. Além disso, ela faz outro trabalho fundamental, o qual não poderia ser feito pelos castanheiros justamente por estes não dominarem a linguagem e as necessidades destas corporações e de seus aparatos burocráticos, qual seja, o de *documentação*<sup>17</sup>.

O relatório público, alvo de descrição e análise, não faz outra coisa senão estabilizar, por meio de um documento – um *artefato* particular – as práticas dos castanheiros, sob a ótica da normatividade empresarial. Pensar os documentos como “artefatos do conhecimento moderno” (Riles, 2006) aparece como uma alternativa na etnografia de ambientes empresariais, uma vez que as práticas de documentação caracterizam, não apenas as instituições burocráticas, mas a própria vida moderna. Cito outro trecho do mesmo documento, cujo objetivo é descrever o processo de coleta de castanha, tornando-o inteligível às empresas:

---

<sup>16</sup> Documento intitulado “Resumo Público de Certificação” de 05 de Fevereiro de 2004, pgs.05-06. Vale dizer que este documento é apenas uma parte de todos os laudos e relatórios técnicos elaborados neste processo, sendo, a maioria destes considerados documentos confidenciais e, portanto, inacessíveis.

<sup>17</sup> Annelise Riles (2006) organiza um volume interessado em refletir sobre as práticas de *documentação* em diferentes contextos etnográficos. A decisão de olhar para documentos, dentre tantas outras coisas observáveis em campo, reside no fato de que eles nos abrem uma porta de entrada importante para a compreensão de problemas e pontos de vista contemporâneos, especialmente porque “Documentos são artefatos paradigmáticos das modernas práticas de conhecimento” (tradução minha, 2006, pg.02). Os documentos, uma vez transformados em objeto etnográfico, tornam-se também uma categoria analítica e uma orientação metodológica.

“O manejo/coleta de castanha é realizado seguindo a *forma de extração tradicional*, comum em toda a Amazônia. No caso da RDS, a família do manejador se desloca para a colocação durante o período de coleta de castanha (janeiro a março) onde ficam instalados em acampamentos provisórios. A coleta é realizada diariamente pelo proprietário da colocação em companhia de *seus filhos mais velhos* e eventualmente de outros moradores da comunidade que auxiliam na coleta em troca de *participação nos lucros*. *As mulheres e os filhos mais novos* ficam no acampamento providenciando e preparando a comida para toda a família.” (Ênfases minhas. Documento Resumo Público de Certificação, fevereiro de 2004, pg. 07)

O excerto acima descreve a atividade dos castanheiros a partir da perspectiva empresarial, ou seja, faz-se questão de enfatizar que a extração é feita de maneira tradicional, não importa exatamente qual seja. A descrição também reforça que os filhos mais velhos são os que trabalham enquanto os mais novos ficam na companhia de suas mães. Não cabe aqui questionar se essa descrição é verdadeira ou falsa, tampouco se ela corresponde a um tipo de realidade particular, antes, procura-se evidenciar o caráter *artefatual* deste documento, isto é, sua capacidade de produzir uma realidade específica [a de coleta de castanha no interior da Amazônia] sob uma perspectiva igualmente específica [a de empresas privadas]. Neste procedimento, o de *documentação*, a Imaflora realiza um movimento duplo e necessário à sua constituição enquanto empresa. Ela faz existir um tipo de realidade particular [a coleta de castanha no Iratapuru] vista e descrita sob a perspectiva empresarial, ao mesmo tempo em que evidencia o modo de operação burocrático-corporativo, isto é, expõe o seu *regime de saber*. Chegamos, portanto, a uma primeira conclusão.

O trabalho empresarial da Imaflora, destinado a produzir a *certificação* dos castanhais do Iratapuru, justifica sua existência por meio de uma noção ampla e ambígua de *proteção ambiental*, seguindo as prerrogativas elaboradas pelo FSC, ou seja, de “uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada para contribuir com a promoção do manejo cuidadoso e *não-predatório*. O selo [a certificação] oferece um link confiável entre a produção e o consumo responsáveis de produtos florestais, permitindo que consumidores e empresas tomem decisões em prol do bem das pessoas e do ambiente”<sup>18</sup>. Essa afirmativa contém um ponto fundamental. O FSC existe para evitar a *predação* do meio ambiente, neste caso

---

<sup>18</sup> Ênfases minhas. Conforme explicado em <http://imaflora.blogspot.com.br/2013/02/o-que-e-madeira-certificada-saiba-os.html> acessado em 20/06/2013 às 15h30.

particular, para evitar a atividade inadequada de exploração à exaustão dos castanhais, causando extermínio dos recursos naturais por pequenas populações amazônicas [os castanheiros].

Logo, a necessidade de certificação aparece como paradoxal. Neste caso, ela tem como objetivo evitar a coleta *predatória* da castanha do Brasil, para isso, reconhece que o método de coleta da pequena comunidade do Iratapuru é de baixo impacto e de baixa intensidade, este fato, contudo, não exige a comunidade da certificação, ao contrário, a insere em uma nova categoria criada pela empresa, a SLIMF (Small and Low Intensity Managed Forests). Essa categoria foi inventada para viabilizar a certificação às pequenas comunidades. Considerando que este processo é oneroso e burocrático, o SLIMF possibilita que a certificação seja realizada por meio de sua simplificação, principalmente, através da pesquisa de campo por período reduzido (visita na região, conversa com os castanheiros, tomada de conhecimento das práticas de coleta), por um número enxuto de auditores e, sobretudo, de sua *documentação* (elaboração de relatórios técnicos e descritivos). O paradoxo está no fato de que esta nova categoria de certificação reconhece que as práticas dos castanheiros são de baixa intensidade e, portanto, não prejudiciais ao meio ambiente. Então, porque a empresa precisa se certificar (certificando-os) de que práticas não-predatórias sejam, de fato, não-predatórias?

Alguém poderia dizer que não há como saber, de antemão, que estas práticas não sejam prejudiciais ao meio ambiente, isto é, sem que técnicos pertencentes ao *regime de saber empresarial* as avalie. Assim, é justamente esta a tarefa da documentação. Ela produz uma realidade particular acerca da coleta de castanhas e impõe restrições, muitas vezes arbitrárias – elaboradas a partir da perspectiva empresarial acerca do que é bem-estar, saúde, segurança etc. – ao mesmo tempo em que justifica o trabalho da empresa e gera a confiança de outras empresas. A Natura, por exemplo, tem assegurada (por alguém em quem confia: outra empresa) que as práticas de coleta dos castanheiros não prejudicarão o meio ambiente.

Retomemos o início desta seção. A certificação do primeiro cenário no mundo, pela empresa Imaflora, é emblemática à medida que nos oferece uma maneira de compreendermos o trabalho da empresa de certificação e suas conseqüências. Ao certificar o cenário a empresa garante – a ela, a outras empresas, ao mundo – que a “natureza” não está em risco, ainda que utilizada para fabricar um cenário em um programa de televisão. “Evitar a predação da madeira” é, em si, um ato de *predação*.

Explico: ao certificar o cenário a empresa o *toma* para si, o consome no sentido de que ele a alimenta [viabiliza o trabalho de certificação]. Assim, ao certificar uma área na floresta, sob a justificativa de “evitar a predação da castanha” a empresa se alimenta daquele espaço, transformando-o em *cenário* para sua atuação. O problema do cenário na floresta é que ele não é feito de atores, mas de pessoas que vivem naquela região e que dela tiram, há anos, seu sustento. As regras da certificação geram um impacto significativo na transformação da dinâmica de coleta dos castanheiros, que passam a modificar sua maneira de viver e de organizar-se a fim de adaptarem-se às regras e valores exigidos pela empresa certificadora – tornam-se *presas* de um *regime de saber* particular – responsável por ditar e controlar como devem organizar seu trabalho e sua vida.

### **Predação Amazônica**

O problema da predação na Amazônia é terreno de reflexão rigorosa da etnologia (Viveiros de Castro, 2002; Vilaça, 2008; Bonilla, 2005; Fausto 1997; Rivière, 2001). Na etnografia sobre os Parakanã, Carlos Fausto (1997) propõe um modelo geral para compreensão dos fenômenos de violência guerreira na América do Sul indígena. Seu modelo parte de três pontos, segundo o autor, bem estabelecidos: a) os sistemas ameríndios se organizam em torno da produção de pessoas, não de bens materiais; b) boa parte das cosmologias do continente associa interioridade e identidade à esterilidade, fazendo com que a reprodução generalizada do grupo dependa simbolicamente da relação com o exterior e com a alteridade; c) a predação é o principal esquema de interação com o exterior. O que o modelo proposto por Fausto (1997) sugere é pensar a reprodução das sociedades ameríndias, tendo como núcleo da análise o complexo da guerra, por meio de dois conceitos principais e intrinsecamente articulados: predação [consumo produtivo]<sup>19</sup> e familiarização [predação familiarizante].

---

<sup>19</sup> O termo consumo produtivo, sugerido por Fausto, não possui um caráter negativo, isto é, a destruição do inimigo possui um caráter fecundo. A guerra aparece no plano das relações entre homens como uma *forma de trabalho*, de ato criativo. Nesse sentido a predação ameríndia pertence ao universo da *produção* e não da *troca*, produção esta, enfatiza o autor, de pessoas e não de bens materiais (1997, pg. 269).

A predação familiarizante mostra que a relação estabelecida entre matador e vítima após o homicídio é concebida como uma relação de *controle e proteção*, muitas vezes pensada como filiação adotiva (Fausto, 1997, pg. 269). Essa observação é interessante à medida que subverte modos de relação (neste caso matador/vítima) pensados como essencialmente contraproducentes. Uma vez capturada, a vítima tem seu estatuto transformado, antes inimigo, agora, protegido ou adotado. Se cabe aqui algum exercício reflexivo para pensarmos a chegada das práticas de conhecimento de instituições modernas às populações amazônicas, neste caso, aquele que antes era potencialmente predador [da floresta/natureza] na perspectiva empresarial, uma vez por ela incorporado torna-se, então, seu aliado. Os castanheiros são vistos, paradoxalmente, como potenciais predadores e exímios protetores de áreas preservadas nas Reservas do Amapá. Deste paradoxo deriva o fato de que é a transformação de suas práticas – em relatórios, planilhas, tabelas, documentos, em suma, sua inserção no mundo da tecno-burocracia – que permite assegurar seu lugar como “protetor da floresta” e não como seu destruidor. Contudo, o passado e a história do *Homem da castanha*, como vimos, complexifica o encontro de interesses tão divergentes.

Ao analisar os diferentes pontos de vista entre promotores do desenvolvimento sustentável na Amazônia e as populações que lá habitam, Le Tourneau e Kohler (2011) buscaram compreender o discurso muitas vezes decepcionado de ambas as partes. Os autores enfatizam a nostalgia de muitos moradores em relação ao *sistema antigo* [com a presença dos padrões de outrora], nessa época o “bom patrão” era aquele que cuidava para que o castanheiro não fosse embora, alimentado-o durante o período de trabalho e não lhe deixando faltar remédios quando adoecia. “Num regime clientelista, com efeito, o patrão trata bem o freguês e o recompensa em natureza: o salário remunera o trabalho, mas o café e a merenda *significam* a relação paternalista, ou seja, dão um sentido social à relação estabelecida, uma relação privilegiada” (ênfase dos autores, 2011, pg.194). Alguém poderia dizer que o contexto amazônico vivido por povos extrativistas difere daquele abordado por etnólogos na compreensão da predação ameríndia, entretanto, não são poucos os casos de povos indígenas também submetidos a contextos muito similares de exploração.

Bonilla, ao observar os aspectos gerais da cosmologia Paumari, surpreende-se com a insistência dos Paumari em transformar suas relações com outros em relação comercial a partir das categorias *patrão/freguês* e *patrão/empregado* (2005, pg.41). Os Paumari descrevem a si

mesmos como potenciais vítimas nas relações com Outros – sejam índios vindos de longe para devorá-los ou brancos para matá-los ou escravizá-los. Envolvidos na economia do aviamento instaurada no Purus no final do século XIX, durante o surto da borracha, os Paumari comportam-se como se fosse mais interessante cobrar algo do que realmente obtê-lo. É nesse sentido que Bonilla (2005, pg.49) descreve o ponto de vista da presa, que é também objeto de familiarização.

O que nos interessa, nesta economia simbólica da predação, é precisamente a reflexão que oferece sobre a dialética entre *interior* e *exterior*. A predação é apresentada pela antropologia como um tipo de relação social prototípica nas cosmologias ameríndias (Viveiros de Castro, 2002, pg. 164). Contudo, como ensina este autor, se a tarefa da antropologia é justamente a de “comparar antropologias” (Viveiros de Castro, 2004, pg.03), permito-me através da idéia de predação amazônica compreender um tipo de relação que aproxima-se da lógica da predação discutida pela etnologia. Viveiros de Castro escreve:

“As relações amazônicas de predação, apresso-me a sublinhar, são intrinsecamente relações sociais. A reciprocidade inerente à predação canibal já sugere que se trata aqui de uma predação subjetivante, interna ao mundo das relações de que falava Lévi-Strauss. Ela nada tem a ver com a produção objetivamente moderna, que supõe uma relação neutra, impossível nas cosmologias ameríndias, onde se defrontam Sujeito humano ativo e um Outro inerte e naturalizado. A predação generalizada ameríndia é uma figura do mundo “do dom e da luta dos homens”, não do mundo do trabalho e do domínio das coisas: ela pertence à troca, não à produção. (...) A predação é uma predicação da humanidade, e seu predicamento.” (ênfases omitidas, 2002, pgs. 166-167).

O modo de predação subjetivante não me parece ser terreno exclusivo das cosmologias ameríndias. Tampouco a Constituição Moderna<sup>20</sup> limita-se a um modo de produção objetivante. Nesse sentido, uma nova modalidade de *predação* se apresenta à antropologia. A atividade empresarial não é *simbolicamente* predatória, de modo que não procuro esboçar aqui uma analogia da predação indígena à predação empresarial. Chamo atenção para o fato de que

---

<sup>20</sup> O que caracteriza os Modernos, bem sabemos, é que eles jamais o foram (Latour, 1994). Assim, embora pensemos que a modernidade seja marcada pela lógica da racionalidade e da produção objetiva, ao olharmos de mais perto, veremos que nesta Constituição abundam as crenças, os passes de mágica e as subjetividades: “A noção de crença permite aos modernos compreender, *ao modo deles*, a origem da ação pelo duplo vocabulário dos fetiches e dos fatos” (ênfases do autor, Latour, 2002, pg.34).

ao observamos em detalhes os mecanismos de operação de instituições modernas, encontramos um instrumental muito específico, cujo funcionamento prático e técnico permite disseminar seu *regime de saber*, mostrando-o como inquestionavelmente superior. Nesse sentido, seu *modo de existência*<sup>21</sup> é muito similar ao científico.<sup>22</sup>

A predação empresarial – neste caso particular, a relação dialética entre exterior e interior – conecta regimes de saber que se conformam sobre bases efetivamente distintas, acabando por imbricá-los. A relação predador/presa mantém seu mecanismo de inversão e instabilidade. Em outras palavras, quando a empresa de certificação Imaflora justifica sua existência a fim de evitar “práticas predatórias” de manejo florestal, ela torna-se predadora de um regime de saber particular, e a ele incute seus valores e procedimentos, transformando profundamente o regime ao qual se impôs. Este regime, por sua vez, também incorpora as supostas externalidades empresariais – por exemplo, quando criada uma estrutura empresarial-organizacional entre os extrativistas e quando castanheiros trabalham no preparo de relatórios, planilhas e apresentações, assumindo, assim, uma nova maneira de lidar com a floresta e seu manejo.<sup>23</sup>

O “selo verde”, que atesta a certificação dos castanhais do Iratapuru, também oferece aos castanheiros a possibilidade de entrar em relação com um *regime de saber* dominante e poderoso, qual seja, o do universo das empresas e das instituições Modernas. Ao serem certificados, eles ingressam na dialética produtiva e subjetiva oferecida pelo mundo empresarial e, não há como negar, dela também tiram o seu proveito. Não vejo razão para opor a *produção de pessoas* à *de bens materiais*, como insistentemente fazem alguns etnólogos<sup>24</sup>. Os fenômenos da Modernidade, suponho, incorporam uma coisa sem abrir mão da outra. O

---

<sup>21</sup> Para melhor compreender diferentes *modos de existência* ver: Sourriau (2009), Stengers (2003) e Latour (2012)

<sup>22</sup> O modo de produção científica se baseia na premissa de que a natureza não é capaz de falar por si mesma, por essa razão, os fatos científicos são construídos a fim de falar por ela. Entre o que se diz sobre e a “realidade” repousam as operações que introduzem a equivalência que permite aos cientistas falar em nome da natureza, traduzindo-a em resultados obtidos em seus laboratórios Latour et Callon (1991, pg.08). Nesse sentido, as empresas de certificação de manejo florestal mostram-se capazes, também, de falar em nome da natureza, garantindo sua proteção através de mecanismos expressos em seus relatórios, planilhas, tabelas e relatos entendidos como científicos e, portanto, superiores.

<sup>23</sup> Cabe observar que este comportamento gera tensões entre os membros da cooperativa e da comunidade.

<sup>24</sup> Nem todos o fazem. Dentre as etnografias que trataram do tema da produção de pessoas *versus* bens materiais, destaco o trabalho de Nicholas Thomas (1991), quem auxiliou a desfazer as rígidas barreiras que separam a economia do dom daquela da mercadoria.

“selo verde” pode ser pensado como um produto, uma mercadoria interessada em capitalizar recursos a partir de um ideal ambiental [produção objetivamente]. Contudo, este regime não abre mão da *predação subjetivamente*, observada no tipo de relação estabelecida entre os castanheiros da Amazônia e empresas: *predando-os* em nome de um manejo florestal não-predatório e deixando-se ser *predada* pelas novas estratégias “empreendedoras” de povos amazônicos<sup>25</sup>. Viveiros de Castro foi assertivo: “A predação é uma predicação da humanidade, e seu predicamento” (2002, pg.167).

### **Micro e Macro ecologias**

A controvérsia, trazida à luz no início deste texto, não faz outra coisa senão deixar visível a amplitude das polêmicas que envolvem o trabalho extrativista, em particular, quando relacionada à atividade de coleta da castanha do Brasil. A discussão em torno do papel das cotias *versus* homens na dissipação dos castanhais amazônicos é interessante à medida que evidencia, no debate científico, a importância da dicotomia entre natureza e cultura. Muito embora, no recente debate antropológico, aceitemos que “A natureza é uma construção cultural”, não tem sido fácil à disciplina mostrar, através do trabalho etnográfico, o que isso realmente significa (Ingold, 2000, pg.40).

Tim Ingold (2000, pg. 40-60) considera que o tratamento atual dado pela antropologia aos povos entendidos classicamente como os que operam uma “economia natural”, a saber, os caçadores-coletores, não tem sido suficiente para rejeitar o dualismo entre pensamento tradicional e ciência ocidental. Assim, Ingold nos propõe tomar estes povos não como os capazes de realizar uma construção cultural Outra da realidade, alternativa ao pensamento ocidental, mas como possuidores de *sua própria* maneira de compreender a ação humana, a percepção e a cognição. A alternativa sugerida por Ingold nos leva a crer que o interessante não é saber se foi o homem ou a cotia (ou ambos) os responsáveis pela dissipação dos

---

<sup>25</sup> Faço referência a uma notícia um tanto incomum: O índio Almir Narayamoga Suruí, líder da terra indígena Sete de Setembro, em Rondônia, foi eleito pela ONU um dos cinco salvadores das matas do planeta em 2012. Sua foto circulou pelo país e fora dele, mostrando o índio sentado em uma árvore, em meio à mata Amazônia “conectado” em um laptop da marca Apple, descrito como sua nova arma contra o desmatamento.

castanhais, mas, antes, porque a racionalidade científica decide pensá-los como incompatíveis – se um, não o outro.

O que este episódio nos mostra são as ambigüidades dos temas levantados pelo ambientalismo e mais radicalmente pelos sistemas empresariais de certificação e manejo florestal. Ao olharmos para o passado amazônico, em direção às opressões e violências promovidas pela época do sistema de aviação, podemos reconhecer alguns dos efeitos provocados em razão desta história. Tais conseqüências, observáveis em trabalhos antropológicos, aparecem e expressam-se de diferentes maneiras nas diversas populações estudadas, tanto em populações ameríndias (Bonilla, 2005, Vilaça, 2008) quanto nos povos que chamamos tradicionais (Le Tourneau e Kohler, 2011).

Esse passado, não muito longínquo, mostra os impactos e o sofrimento de populações que nunca puderam, verdadeiramente, gerir seus territórios, resignando-se a trabalhar, desde que as conhecemos, para outros (patrões, estado, empresas, ONGs, etc.). As empresas chegam às populações amazônicas com o estatuto de “parceiras” e não de “patrões”, entretanto, não é descabido questionar sobre a verdadeira autonomia destas populações no exercício de manutenção de seus territórios.

Anos se passaram e os velhos conhecidos modos de dominação ganharam novos contornos. A história recente de populações extrativistas ruma a inseri-las em um sistema econômico marcado pela circulação de mercadorias e por sua crescente dependência. O sistema de certificação aparece como mais uma maneira de controle e gestão de terras e territórios de povos amazônicos, inculcando a eles um modo particular de pensamento e de ação. A criação da RDS do rio Iratapuru contou com o acompanhamento de órgãos federais e estaduais – Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente – para elaboração de programas *participativos* de gestão territorial e ambiental. Entretanto, esses mecanismos não parecem suficientes aos olhos do aparato empresarial, os quais criam novos mecanismos de controle junto dessas populações, mecanismos estes fundamentais para manutenção da existência de empresas e proliferação de modos de saber empresariais.

É nesse sentido, portanto, que se poderia esboçar uma reflexão acerca dos diferentes modos de (des)entendimento em relação ao processo de coleta da castanha do Brasil no sul do Amapá. A micro ecologia não é aquela localizada, praticada por populações de menor escala ou subordinada a uma ecologia pensada como macro. Ao contrário, a micro ecologia é aquela

que parte da oposição moderna fundamental entre Natureza e Sociedade. Ingold (2000, pg.46), de maneira esquemática, refletiu sobre as diferenças ontológicas que caracterizam as economias de conhecimento do ocidente (onde inclui a antropologia) e a dos caçadores-coletores. Assim, na lógica do pensamento moderno científico – que é também o empresarial – Sociedade e Natureza estão apartadas, sendo que os seres humanos transitam na condição de *peessoas* e de *organismos*, por entre essas duas polaridades. Na Sociedade, entretanto, não cabem os seres inanimados, as entidades outras, as plantas, os animais e os não-humanos – nem mesmo a cotia. O regime de saber de povos caçadores-coletores, por outro lado, é marcado pela relação com o meio-ambiente, nele a perspectiva humana conecta-se com a perspectiva de outros humanos (patrões, estado, empresas), outras entidades inanimadas (seres da floresta) e também com não-humanos, animais, plantas e castanhas (figura 1).

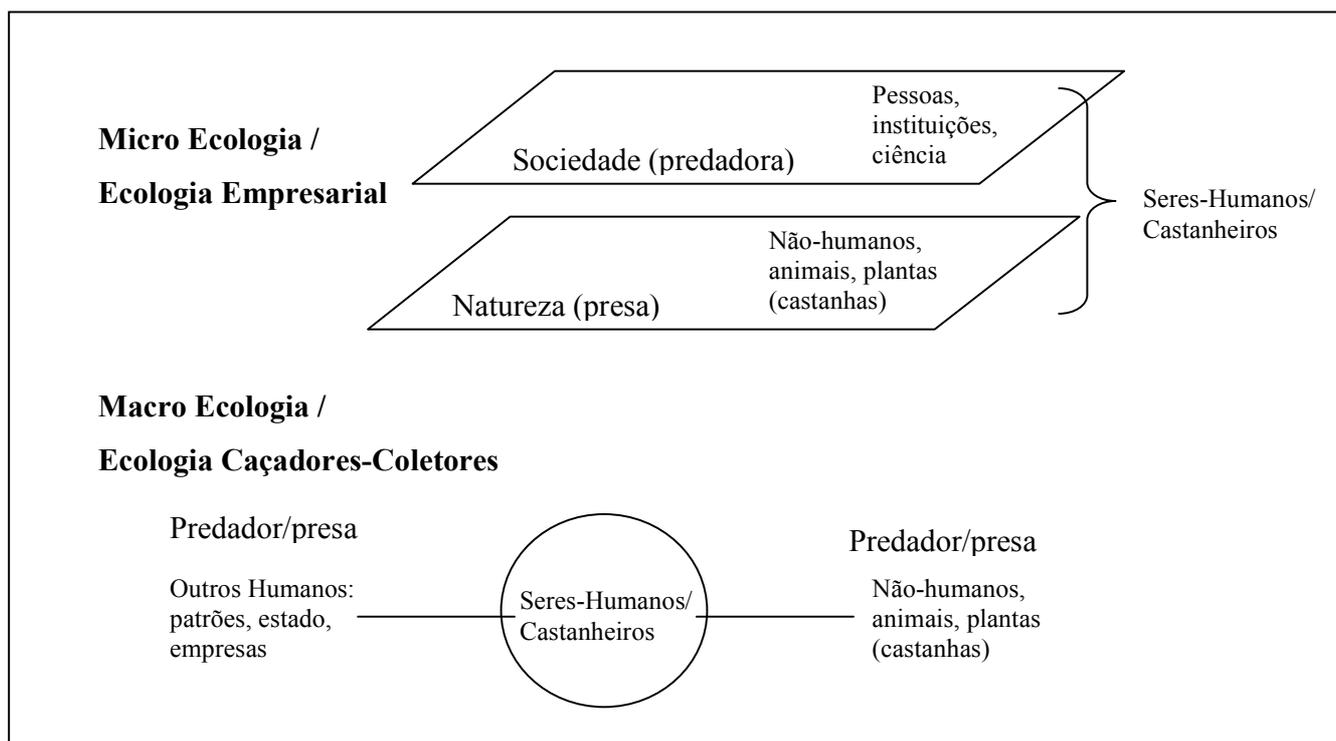


Figura 1: Micro e Macro Ecologias.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Elaborado pela autora a partir do esquema fornecido por Ingold (2002, pg. 46)

Logo, a macro ecologia é aquela expandida, cuja atividade possibilitou a dissipação das árvores castanheiras e tanto contribuiu para a atual paisagem amazônica, onde se inclui sua tão valorizada diversidade biológica. A macro ecologia dos povos da floresta se dá por meio do engajamento que estes possuem com o espaço em que vivem – não como um engajamento simbólico, protecionista, mas, antes, o “mundo percebido pelos caçadores-coletores é constituído por meio do engajamento que possuem nele, no curso da vida cotidiana, nas suas práticas de subsistência.” (tradução minha, Ingold, 2000, pg.58). Conquanto, a macro ecologia é aquela que não promove a distância entre universos purificados (natural e social), ou simplesmente, não os pensa dessa maneira.<sup>27</sup>

A micro ecologia empresarial, em razão da separação marcante que faz entre Natureza e Cultura, acaba por realizar a “naturalização” da atividade dos extrativistas, revelando, nesta aparente não-problemática visão de mundo, o produto da “culturalização” de sua percepção ambiental.

### **Fechamento provisório: Proteção e Predação**

Este texto buscou refletir sobre as diferenças acerca do processo de coleta de castanha na Amazônia brasileira. Por meio da controvérsia científica que divide a opinião de cientistas sobre o processo de dissipação das árvores castanheiras foi possível observar a marcante divisão entre natureza e cultura como uma maneira consensual de promover explicações sobre a formação de maciços castanhais. Tal controvérsia funcionou como uma abertura para a discussão em torno dos diferentes entendimentos sobre as práticas de coleta na floresta por castanheiros e empresários da certificação ambiental.

A história do *homem da castanha*, assim como a de seringalistas e outras populações amazônicas, foi marcada pela exploração e pelo abuso do sistema de aviamento. Foi justamente o reconhecimento da violência provocada por este sistema, aliada a conjuntura política de luta por direitos territoriais que fez com que muitos povos da floresta pudessem

---

<sup>27</sup> Conforme Strathern, (1980, pg.174). Em “No nature, no culture: the Hagen case” a autora pergunta porque os antropólogos extrapolam as categorias de entendimento nativo para aquelas que importam à antropologia, notadamente o par natureza-cultura. No exemplo Hagen, o par selvagem-domesticado (wild-domestic) não necessariamente nos leva a uma distinção natural-cultural.

conquistar espaços de habitação e uso através da criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Muito embora subordinados a regimentos estatais e pautas ambientais, os extrativistas ganharam autonomia relativa no uso e na gestão dos recursos naturais de seus territórios. Tal autonomia também tornou estas populações alvos preferenciais de empresas e grandes corporações no estabelecimento de “parcerias” e contratos comerciais.

As implicações destes contratos são diversas. Neste texto procurou-se discutir aquelas relativas ao processo de certificação dos castanhais da RDS Iratapuru, colocando em relevo as ambigüidades e arbitrariedades de um sistema de regras e valores que acaba por constranger as práticas de coleta convencionalizadas há anos pelos castanheiros da região. Duvida-se, portanto, da real necessidade de um sistema de certificação preocupado em garantir que práticas de coleta consideradas, pela própria empresa, como não-predatórias sejam, de fato, não-predatórias.

A economia da predação – em particular, a relação entre o *interior* de regimes de saber específicos e seu *exterior* – é pensada de maneira alargada e multidirecional, muito embora, seja preciso reconhecer que na relação entre empresas e populações amazônicas as dominações, hierarquias e forças desiguais não estão ausentes. Nesse sentido a atividade dos castanheiros – e inúmeras outras atividades relacionadas ao uso de recursos naturais – são alvo de controle e intervenção sob a égide do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. É assim, portanto, que surgem novos conglomerados empresariais (ONG’s, empresas privadas, institutos de proteção ambiental, etc.) destinadas a participar ativamente destas novas modalidades de intervenção.

O regime de saber das empresas, por sua vez, alinha-se a um arcabouço muito mais abrangente de produção do conhecimento e de entendimento dos fenômenos do mundo. Se assim podemos entendê-las, as empresas compartilham do mesmo regime ontológico científico, isto é, caracterizado como aquele que aparta radicalmente os fenômenos do mundo natural do social. Por esta razão, as empresas também encontram uma maneira de *falar em nome da natureza*, já que esta tarefa tem sido um depósito de poder e legitimidade.

Por outro lado, se observamos os estudos acerca de povos caçadores-coletores e a trajetória recente de populações extrativistas, podemos reconhecer que estes têm grande participação na atual configuração da paisagem amazônica. Assim, seu modo de praticar o

conhecimento, entendido como uma espécie de macro ecologia, oferece uma maneira outra de pensar o ambiente e a relação estabelecida com ele, em contraste, portanto, à micro ecologia empresarial e às formulações contemporâneas que orientam as ideologias ambientalistas, as quais insistem em determinar uma natureza exterior ao homem, tornando-a fonte paradoxal de proteção e predação.

## **Bibliografia**

Almeida, Mauro. Direito à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19 n.55, 2004

Aramburu, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. Rev. bras. Ci. Soc. v.9 n.25 São Paulo jun. 1994

Balée, William. Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany—the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People. New York: Columbia University Press, 1994

Balée, William. Amazonian Dark Earths. Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America, Volume 8, Issue 1 Article 3, 2010

Bastos, Abguar. Safra. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937

Bastos, Adguar. Terra de icamiaba; romance da Amazônia. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1997 [1928]

Bonila, Oiara. O Bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. Mana, 11 (1):41-66, 2005

Carneiro da Cunha, Manuela. Savoir autochtones: quelle nature, quels apports? Leçons Inaugurales Du College de France, Fayard, 2012

Clement, C.R.; MsCann, J.M.; Smith, N.J.H. Agrobiodiversity in Amazonia and its relationship with dark earths. In: Lehmann, J. Kern, D. Glase, B. Woods, W. (Eds). Amazonian Dark Earths: Origin, properties, management. Kluwer Academic Publishers, p.159-178, 2003.

Coelho de Paiva, Marco Aurélio. Um outro Herói Modernista. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.20 n.2 pp. 175-196, 2008

Cordeiro Rosas, Greyce Kelly. Pressão de caça, abundância, densidade e riqueza de mamíferos em duas áreas de coleta de castanha do Brasil situadas no sudoeste do estado do Acre, Brasil. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais. Universidade federal do Acre, 2006

Descola, Philippe. Approches anthropologiques du paysage, Seminaire au College de France. Disponível em: [http://www.college-de-france.fr/site/philippe-descola/course-2013-03-27-14h00.htm#m=seminar\[q=/site/philippe-descola/seminar-2011-2012.htm|p=../philippe-descola/seminar-2012-03-01-10h00.htm\]](http://www.college-de-france.fr/site/philippe-descola/course-2013-03-27-14h00.htm#m=seminar[q=/site/philippe-descola/seminar-2011-2012.htm|p=../philippe-descola/seminar-2012-03-01-10h00.htm]), 2012

- Fausto, Carlos. A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental. Tese de doutorado, Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1997
- Filocreão Monteiro. Extrativismo e capitalismo na Amazônia. A manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá GEA/SEMA. 2002
- Ingold, Tim. The Perceptions of Environment: Essays on Livelihood, dwelling and skill. Routledge, 2000
- Latour, Bruno e Callon, Michel. La science telle qu'elle se fait. Paris: Edition La Découverte, 1991
- Latour, Bruno. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses Fe(i)tiches. Edusc, 2002
- Le Tourneau, François-Micgel; Kohler, Florent. Meu coração não mudou. Desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. Ambiente e Sociedade, Campinas, n.XIV, n.02 pp.179-199, 2011
- Peres, C. A.; Baider, C. Seed dispersal, spatial distribution and population structure of Brazil nut trees (*Bertholletia excelsa*) in Southeastern Amazonia. Journal of Tropical Ecology, v. 13, p. 595-616, 1997.
- Riles, Annelise. Documents: Artifacts of Modern Knowledge. The University of Michigan Press, 2006
- Rivière, Peter. A Predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. Mana, 7 (1):31-53, 2001
- Scoles, Ricardo; Gribel, Rogério. Population Structure of Brazil Nut (*Bertholletia excelsa* Letythidaceae) stands in two areas with different occupation histories in the Brazilian Amazon. Human Ecology, 29:455-464 pgs. 2011
- Shepard Jr. Gleen; Ramirez, Henri. Made in Brazil: Human Dispersal of the Brazil Nut (B.E.L) in Ancient Amazônia. Economic Botany 65 (1), pp.44-65, 2011
- Strathern, Marilyn. 'No nature, no culture: The Hagen case'. In C. MacCormack and M. Strathern (eds), Nature, Culture and Gender. Cambridge: Cambridge University Press, 1980
- Vilaça, Aparecida. Conversão, Predação e Perspectiva. Mana 14 (1): 173-204, 2008.
- Viveiros de Castro, Eduardo. O problema da afinidade na Amazônia. In A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia, São Paulo: Cosac Naify, 2002
- Viveiros de Castro, Eduardo. Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation. Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America 2(1):3-22, 2004